

Relatório de Gerenciamento de Riscos

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A

Em 31/12/2025

ÍNDICE	PÁGINA
1. OBJETIVO	3
2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	3
KM1: INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE OS REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS.....	3
OVA: VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO	3
APETITE AOS RISCOS	4
PROGRAMA DE TESTE DE ESTRESSE E AVALIAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE CAPITAL.....	4
OV1: VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)	5
3. RISCO DE LIQUIDEZ	5
LIQA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ	5
4. RISCO DE CRÉDITO.....	6
CRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO	6
CR1: QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES	6
CR2: MUDANÇAS NO ESTOQUE DE OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL.....	7
CRB: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES	7
5. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE	8
CCRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR)	8
6. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO.....	8
SECA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO	8
7. RISCO DE MERCADO	8
MRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO	8
MR1: ABORDAGEM PADRONIZADA - FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO RISCO DE MERCADO ..	9
IRRBB: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO IRRBB	9
IRBB1 – INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE O IRRBB	10
8. OUTROS RISCOS	10
RISCO OPERACIONAL	10
GERENCIAMENTO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS – GCN.....	12
RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO.....	13
RISCO REGULATÓRIO OU DE CONFORMIDADE.....	13

1. OBJETIVO

O presente documento apresenta as informações do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A (“SMBCB”) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB 54 e alterações posteriores, com que diversas alterações no formato, escopo e periodicidade de divulgação das informações relacionadas à gestão de riscos e capital (Pilar 3), conforme os requisitos da Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

KM1: INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE OS REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A possui disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios com níveis de Patrimônio de Referência (PR) mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, como demonstrado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia abaixo.

R\$ mil	Dez-25	Set-25	Jun-25	Mar-25	Dez-24
Capital regulamentar - valores					
1 Capital Principal	2.075.060	2.153.112	2.317.892	2.213.746	2.285.116
1a Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: - art. 4º, caput, inciso I, alínea “I”, e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou - art. 3º, caput, inciso I, alínea “I”, §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022	1.947.909	NA	NA	NA	NA
2 Nível I	2.075.060	2.153.112	2.317.892	2.213.746	2.285.116
2a Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.947.909	NA	NA	NA	NA
3 Patrimônio de Referência (PR)	2.075.060	2.153.112	2.317.892	2.213.746	2.285.116
3a Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.947.909	NA	NA	NA	NA
3b Excesso de recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3b1 Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores					
4 RWA total	6.756.377	7.139.160	7.486.626	8.007.124	9.208.294
4b RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	6.629.227	NA	NA	NA	NA
Capital regulamentar como proporção do RWA					
5 Índice de Capital Principal (ICP)	30,7%	30,2%	31,0%	27,6%	24,8%
5a Índice de Capital Principal (ICP) considerando: Numerador: corresponde à linha 1a; Denominador: corresponde à linha 4b	29,4%	NA	NA	NA	NA
6 Índice de Nível 1 (%)	30,7%	30,2%	31,0%	27,6%	24,8%
6a Índice de Nível 1, considerando: Numerador: corresponde à linha 1a; Denominador: corresponde à linha 4b	29,4%	NA	NA	NA	NA
7 Índice de Basileia	30,7%	30,2%	31,0%	27,6%	24,8%
7a Índice de Basileia, considerando: Numerador: corresponde à linha 1a; Denominador: corresponde à linha 4b	29,4%	NA	NA	NA	NA
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8 Adicional de Capital Principal - ACP conservação (%)	2,5%	2,4%	2,5%	2,5%	2,5%
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP contracíclico (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%
10 Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP sistêmico(%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
11 ACP Total (%)	2,5%	2,4%	2,5%	2,5%	2,5%
12 Margem excedente de Capital Principal (%)	20,2%	21,8%	22,5%	19,1%	16,3%
12a Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	20,9%	NA	NA	NA	NA
Razão de Alavancagem (RA)					
13 Exposição total	10.991.321	11.781.589	12.810.592	13.188.955	16.644.393
13a Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	10.864.170	NA	NA	NA	NA
14 RA (%)	18,9%	18,3%	18,1%	16,8%	13,7%
14a RA considerando: i. Numerador: corresponde à linha 2a; ii. Denominador: corresponde à linha 13a	17,9%	NA	NA	NA	NA
Indicador Líquidez de Curto Prazo (LCR)					
15 Total de Ativos de Alta Líquidez (HQLA)	-	-	-	-	-
16 Total de saídas líquidas de caixa	-	-	-	-	-
17 LCR (%)	-	-	-	-	-
Indicador de Líquidez de Longo Prazo (NSFR)					
18 Recursos estáveis disponíveis (ASF)	-	-	-	-	-
19 Recursos estáveis requeridos (RSF)	-	-	-	-	-
20 NSFR (%)	-	-	-	-	-

OVA: VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO

O efetivo gerenciamento de risco é parte da cultura corporativa do SMBCB de forma a garantir o crescimento de longo prazo sustentável através de políticas, normas e procedimentos, estrutura de gerenciamento e monitoramento de indicadores.

Políticas, normas e procedimentos garantem que o SMBCB tenha uma estrutura de controle consistente com a natureza de suas operações, a complexidade de seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas, exposições e mitigação aos seus riscos, permitindo sua gestão adequada. Além da divulgação de políticas, normas e procedimentos aprovados, são realizados

treinamentos para funcionários e demais colaboradores de forma a estabelecer sua comunicação e entendimento.

A estrutura de gerenciamento de riscos do SMBCB utiliza o modelo de “Três Linhas de Defesa” que segrega a responsabilidade de gestão de riscos das funções que fazem a supervisão independente e das funções que garantem uma avaliação independente:

- Primeira Linha de defesa – Funções que são responsáveis pelo risco resultante de atividades de negócio e por sua gestão, através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- Segunda Linha de defesa – Funções que fazem a supervisão e controle independente e centralizado dos riscos, provendo visão geral ao Corpo Diretivo, de forma a apoiar tomadas de decisão de acordo com o apetite de risco institucional;
- Terceira Linha de defesa – Auditoria interna, através de avaliação independente da adequação de controles e de cumprimento de normas internas e regulatórias.

APETITE AOS RISCOS

O apetite aos riscos define a tolerância aos riscos inerentes às atividades de negócios. O Banco formaliza os níveis de apetite aos riscos através da RAF (Risk Appetite Framework), que contempla tanto aspectos qualitativos e quantitativos da gestão de riscos, inclusive a RAS (Risk Appetite Statement), englobando indicadores de tolerância a riscos relacionados a Solvência e Capital (suficiência para garantir continuidade de negócios em cenários desfavoráveis de perdas), Risco de Liquidez (horizonte de sobrevivência longo em cenário de estresse), Risco de Crédito e Contraparte (aderência a limites individuais, grupos e concentração), Risco de Mercado e IRRBB (limitação de perdas em cenários de movimentação de preços ou na estrutura a termo das taxas de juros), além de indicadores de acompanhamento e monitoramento de efetividade de processos e mitigadores referentes a Riscos Operacionais e Riscos de Compliance e Lavagem de Dinheiro.

Os indicadores são elaborados por equipe especialista, monitorados e reportados ao Corpo Diretivo, via relatórios divulgados ou apresentação em fóruns colegiados, conforme processo e frequência estabelecidos nas políticas, normas e procedimentos, de forma que limites definidos sejam respeitados, incluindo mitigadores (quando utilizados), em relatórios ou apresentações pertinentes divulgadas ao Corpo Diretivo, de forma a estabelecer sua efetividade.

Cabe ao Corpo Diretivo do SMBCB a responsabilidade por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital, inclusive a definição e revisão de indicadores de apetite de riscos (RAS) e limites de exposição, e planos de ação, quando necessários, com o apoio das áreas especialistas, do Comitê de Risco e do Diretor de Riscos.

PROGRAMA DE TESTE DE ESTRESSE E AVALIAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

Tanto os indicadores de Adequação de Capital quanto os impactos de Cenários de Estresse na Adequação de Capital são apresentados ao Corpo Diretivo no Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) para discussão, avaliação e elaboração de planos de ação, caso sejam necessários.

O Teste de estresse é utilizado para estimar o impacto de situações de estresse em indicadores de resultado e indicadores de capital e solvência, sendo utilizada a técnica de análise de sensibilidade nos riscos avaliados como materiais, com base em cenários históricos e prospectivos (como aprovado pelo Corpo Diretivo em política específica).

O resultado do teste de estresse realizado para data-base dezembro de 2025 demonstrou suficiência e adequação de capital para o SMBCB, em face aos riscos identificados como materiais.

OV1: VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.958 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas: $RWA = RWACPAD + RWAMPAD + RWAOPAD$

- $RWACPAD$ = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- $RWAMPAD$ = parcela relativa às exposições ao risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada;
- $RWAOPAD$ = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

R\$ mil	RWA		Requerimento mínimo de PR
	Dez-25	Set-25	Dez-25
1	Risco de crédito em sentido estrito		
	4.185.718	4.480.785	334.857
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada		
	4.185.718	4.480.785	334.857
3	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica		
	NA	-	
5	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada		
	NA	-	
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)		
	551.282	652.653	44.103
7	Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR		
	NA	NA	
7a	Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM		
	4.185.718	4.480.785	334.857
9	Do qual: outros		
	NA	NA	
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados		
	105	105	8
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo		
	NA	NA	
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados		
	NA	NA	
16	Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária		
	NA	NA	
20	Risco de mercado		
	810.701	830.230	64.856
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)		
	810.701	830.230	64.856
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)		
	NA	NA	
24	Risco Operacional		
	1.147.655	1.114.351	91.812
1	Risco de Pagamentos (RWASP)		
	NA	NA	
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR		
	60.917	61.035	4.873
29	Total (1+6+12+13+14+16+20+24+1+25)		
	6.756.377	7.139.160	540.510

3. RISCO DE LIQUIDEZ

LIQA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez está associado à possibilidade de o Banco não ter fundos para honrar seus compromissos conhecidos ou contingentes devido a descasamento entre pagamentos e recebimentos.

O Risco de Liquidez é monitorado pelo Departamento de Riscos, que atua de forma independente das áreas de negócio, através de relatórios com métricas de descasamento de caixa, liquidez suplementar, teste de estresse de Liquidez, período de sobrevivência (incluindo cenário de estresse), concentração de depósitos e indicadores de liquidez de curto e longo prazo, alertas e limites são estabelecidos de acordo com o apetite de risco da instituição pelo Corpo Diretivo.

A comunicação estruturada e governança do gerenciamento de risco de liquidez se dão no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), contemplando também relatórios periódicos enviados diretamente a área gestora e ao Corpo Diretivo.

O acionamento de estratégias de mitigação de risco de liquidez, inclusive o acionamento do Plano de Contingência de Liquidez, se dá de acordo com a avaliação do nível de materialidade estabelecido através da análise pelo Corpo Diretivo, de alertas vinculados aos indicadores de Risco de Liquidez estabelecidos, com ações definidas conforme a criticidade e levando-se em

consideração as fontes disponíveis de recursos de liquidez e respectivas características de mercado de atuação na elaboração de plano de ação para recomposição dos indicadores de liquidez.

4. RISCO DE CRÉDITO

CRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados ou a desvalorização dos ativos de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.

Na estrutura organizacional do Banco, tanto a função de controle de Risco de Crédito quanto a função de condução do processo de concessão de crédito estão sob o Departamento de Riscos, diretoria independente de áreas de negócios e auditoria.

O processo de concessão de crédito tem como bases principais a avaliação e classificação do risco do cliente ou grupo econômico considerando aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais e perspectivas de negócios da empresa), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos. A análise contempla também eventuais garantias, individualmente, para cada tipo de cliente, com base em políticas, normas e procedimentos aprovados, englobando todo o processo de concessão de crédito, conforme definido.

Cabe a Diretoria de Riscos elaborar os relatórios de acompanhamento enviados às áreas de negócios e ao Corpo Diretivo, incluindo exposições, limites e eficácia de mitigadores (quando pertinente), organizar e elaborar apresentações para fórum colegiado de acompanhamento de Risco de Crédito e realizar as análises requeridas para aprovação e acompanhamento, de forma a manter a qualidade da carteira de crédito, em conformidade com os indicadores de apetite de risco de crédito da instituição e como estabelecido nas políticas, normas e procedimentos aprovados.

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições.

CR1: QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES

	Valor Bruto:		Dez-25		Valor líquido (a+b-c)
	Exposições caracterizadas como ativos problematicos	Exposições não caracterizadas como ativos problematicos	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACPAD	
R\$ mil					
Concessão de crédito	45.538	2.446.231	102.790	102.790	2.388.978
Títulos de dívida	1.338.964	4.936.014	1.263.686	1.263.686	5.011.292
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	3.788.763	272	272	3.788.491
dos quais: outros títulos	1.338.964	1.147.252	1.263.414	1.263.414	1.222.801
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	2.131.364	386.287	386.287	1.745.078
Total (1+2+3)	1.384.502	9.513.609	1.752.763	1.752.763	9.145.348

CR2: MUDANÇAS NO ESTOQUE DE OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL

R\$ mil	Dez-25 a Total
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	914.367
Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	1.384.502
Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	-
Valor da baixa contábil por prejuízo	-
Outros ajustes	-
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (1+2+3+4+5)	2.298.869

CRB: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica e por setor econômico do total das exposições além do percentual das dez e das cem maiores exposições, não havendo, na data de referência, operações em atraso, em curso anormal ou exposições reestruturadas.

Exposições por setor econômico

R\$ mil	Dez-25
	Total
Público Diversos	3.788.872
Bancos	1.666.072
Energia Renovável	888.733
Saneamento	834.439
Transportes Terrestres	634.349
Finanças Leasing	538.640
Serviços Ambientais	467.470
Transportes Metroviários	329.930
Indústria Alimentícia	279.699
Produtos Agrícolas	250.230
Maquinário Industrial	227.922
Outros(*)	991.755
Total	10.898.111

Exposições por setor econômico - operações em curso anormal

R\$ mil	Dez-25		
	Total	Provisão	Baixas Contábeis por Prejuízo
Público Diversos	-	-	-
Bancos	-	-	-
Energia Renovável	888.733	805.123	-
Saneamento	-	-	-
Transportes Terrestres	-	-	-
Finanças Leasing	-	-	-
Serviços Ambientais	467.470	467.470	-
Transportes Metroviários	-	-	-
Indústria Alimentícia	-	-	-
Produtos Agrícolas	-	-	-
Maquinário Industrial	-	-	-
Outros(*)	28.299	18.855	-
Total	1.384.502	1.291.448	-

Exposições por prazo remanescente de vencimento

R\$ mil					Dez-25
	6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
	3.535.621	1.758.003	5.589.637	14.850	10.898.111

Exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso

R\$ mil	Dez-25
menor que 30 dias	5.076.598
entre 31 e 90 dias	17.344.476
entre 91 e 180 dias	382.510.618
entre 181 e 365 dias	146.760.446
maior que 365 dias	342.222.595
Total	893.914.732

Exposições por região geográfica

R\$ mil	Dez-25
	Total
Nordeste	1.286.224
Norte	61.932
Sudeste	5.053.644
Sul	676.886
Território Nacional	3.788.872
Total Brasil	10.867.558
México	30.553
Total	10.898.111

Exposições por região geográfica- operações em curso anormal

R\$ mil	Dez-25		
	Total	Provisão	Baixas Contábeis por Prejuízo
Nordeste	871.494	793.636	-
Norte	-	-	-
Sudeste	513.008	497.812	-
Sul	-	-	-
Território Nacional	-	-	-
Total Brasil	1.384.502	1.291.448	-
México	-	-	-
Total	1.384.502	1.291.448	-

Percentual das maiores exposições

R\$ mil	Dez-25
	% da Carteira
10 Maiores Devedores	66,81%
100 Maiores Devedores	100,00%

5. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

CCRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR)

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral com instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar e operações compromissadas.

A exposição equivalente é utilizada para controle de utilização de limites de crédito aprovados comunicados através de relatórios enviados às áreas de negócios pertinentes e ao Corpo Diretivo.

O SMBCB possui regras bem definidas para o cálculo da exposição financeira equivalente, como também da exposição potencial financeira equivalente, conforme as características dos fatores de risco subjacentes a cada instrumento, que é utilizada no dimensionamento dos limites concedidos, considerando também eventuais mitigações como margem inicial, chamada de margem periódica, liquidação periódica ou outro instrumento aprovado.

O SMBCB não possui impacto em relação ao montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

6. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

SECA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

Na data de referência, o SMBCB não está exposto a ativos de securitização.

7. RISCO DE MERCADO

MRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes de flutuações adversas nos preços de mercado de posições detidas na posição da instituição, tais como variação nas taxas de câmbio ou variação nas taxas de juros.

O controle de risco de mercado é realizado pelo Departamento de Riscos, que atua de forma independente da Tesouraria (unidade de negócio), e é responsável pela produção de relatórios de controle de limites estabelecidos, pelo monitoramento de ações definidas quanto as posições e pelo suporte à revisão e aprovação de produtos de forma a verificar aderência às políticas institucionais de risco.

Os limites utilizados para controle de risco de mercado são revisados anualmente. São utilizadas as seguintes metodologias de mensuração de risco de mercado e limites de controle: exposição em moeda estrangeira (FX), “Stop Loss” (metodologia que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor), e sensibilidade a alterações na estrutura a termo das taxas de juros, BPV (metodologia de mensuração do risco de mercado que verifica a alteração de valor a mercado das posições após choque de 0,01% - um basis point - nas taxas de juros).

Adicionalmente, são produzidos relatórios de Testes de Estresse e informes de capital regulatório (IRRBB – capital regulatório para taxa de juros na carteira Bancária, Capital Regulatório para carteira de Negociação), de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil (Bacen).

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Resolução BCB 111.

Buscando o enquadramento das exposições nos limites definidos, o SMBCB realiza hedge de exposições na carteira de negociação, oriundas de operações com clientes, majoritariamente através da utilização de Derivativos.

MR1: ABORDAGEM PADRONIZADA - FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO RISCO DE MERCADO

R\$ mil		Dez-25	Set-25
1	Taxas de juros	335.013	364.667
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	94.725	72.749
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	240.288	291.917
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)		
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)		
2	Preços de ações (RWAACS)		
3	Taxas de câmbio (RWACAM)	201.711	168.682
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	1.307	1.279
5	RWADRC	-	-
6	RWACVA	272.670	295.603
9	Total	810.701	830.230

IRRBB: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO IRRBB

O risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco potencial de impacto de movimentos adversos das taxas de juros no resultado de intermediação financeira e na suficiência de capital, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária. A carteira bancária do SMBCB é composta por operações ativas e passivas do segmento atacado, representadas por captações a prazo e operações de concessão de crédito com prazos definidos.

O controle risco de taxa de juros da carteira bancária é realizado pelo Departamento de Riscos, que atua de forma independente da área de gestão de ativos e passivos da Tesouraria (unidade de negócio), e é responsável pela produção de relatórios de controle de limites e alertas estabelecidos, enviados à área de negócios e ao Corpo Diretivo, pelo monitoramento de ações definidas quanto às posições e pelo suporte à revisão e aprovação de produtos de forma a verificar aderência as políticas institucionais e ao apetite de risco, tendo governança subordinada ao Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui limites gerenciais de sensibilidade a alterações na estrutura a termo das taxas de juros (BPV) para os fatores de risco relevantes, de acompanhamento diário via relatórios.

No Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) são acompanhados indicadores de apetite de risco de suficiência de capital (mensalmente) e impactos de cenários de estresse na suficiência de capital (trimestralmente), conforme métricas de variação de NII e variação de EVE, e conforme cenários definidos para instituições do segmento S3, estabelecidos na Circular BCB 3.876, considerando as margens comerciais, a ausência de operações sem prazo definido, a ausência de opcionalidades relevantes relacionadas ao IRRBB como pré-pagamento e premissas de tratamento de resgate antecipado de depósitos a prazo com base em comportamento histórico de clientes.

No IRRBB são consideradas também as operações de hedge que buscam mitigar os riscos estruturais de descasamentos entre indexadores de passivos e indexadores de ativos, gerenciados utilizando derivativos negociados em bolsa, podendo o hedge ser classificado como hedge contábil, de acordo com os requisitos da Circular BCB 3.082.

As variações máximas de NII e EVE abaixo demonstram baixa materialidade em relação ao capital de Nível I, atendendo ao critério de teste de outlier inferior a 15% do capital de Nível I estabelecido na Circular BCB 3.876.

IRBB1 – INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE O IRRBB

Valores em R\$ mil(*)

Data-base

Cenário paralelo de alta

Cenário paralelo de baixa

Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo

Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo

Cenário steepener

Cenário flattener

Variação máxima

Data-base

Nível I do Patrimônio de Referência (PR)

ΔEVE		ΔNII	
Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
102	2.702	-48.916	-77.675
-172	-2.906	51.875	83.464
102	2.702	51.875	83.464
Dez-25		Dez-24	
2.075.060		2.285.116	

Em ambos os períodos, são observados valores de baixa materialidade em relação ao Nível I do Patrimônio de Referência (PR).

8. OUTROS RISCOS

RISCO OPERACIONAL

Se trata do risco de perda resultante da inadequação ou falha em processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos

O Risco Operacional é definido nas seguintes nove categorias de Nível 1¹:

1. **Risco de Fraude:** Fraude é um ato intencional, distorção ou omissão projetado para enganar os outros, resultando na vítima sofrendo uma perda ou o perpetrador alcançando um ganho. A fraude pode ser cometida por um indivíduo, um grupo de indivíduos ou por uma ou mais

¹ A taxonomia é uma categorização padronizada estruturada em uma hierarquia e dividida em uma estrutura hierárquica de 4 níveis com relação um-para-muitos. Essa estrutura hierárquica é chamada de "Nível". Para obter definições, consulte a Política de dados de referência de risco, controle e processo.

organizações. A fraude interna ocorre quando um funcionário ou um terceiro contratado pelo SMBCB comete fraude, ou de outra forma permite ou contribui para uma fraude².

A fraude externa ocorre quando uma parte externa comete fraude contra o SMBCB ou seus clientes. A fraude é cometida por uma pessoa ou entidade que não é um funcionário do SMBCB ou um terceiro contratado pelo SMBCB.

2. **Risco Fiscal, Contábil e Regulatório:** O risco fiscal captura o risco de que o SMBCB não adote uma política / regime de governança fiscal apropriado ou não cumpra a regulamentação tributária, enquanto o risco contábil e regulatório é o risco associado ao não cumprimento dos relatórios regulatórios existentes e novos / mais complexos, bem como dos padrões de relatórios contábeis e financeiros.
3. **Risco de Recursos Humanos:** o risco de perda decorrente de práticas inadequadas de trabalho, ambiente de trabalho inadequado, conduta discriminatória, saída ou perda de recursos humanos ou danos morais.
4. **Risco Tecnológico, Cibernético e de Dados:** O risco tecnológico, cibernético e de dados refere-se ao risco para a tecnologia ou dados que impacta negativamente as operações de negócios, causado por deficiências nos controles de tecnologia / cibernética / dados, incluindo:
 - Falhas do sistema devido à arquitetura de tecnologia, aquisição, implementação, integração e manutenção inapropriadas ou inadequadas.
 - Ataques cibernéticos (por exemplo, phishing, malware, ransomware, violação de dados) devido à prevenção ou detecção inadequadas.
 - Deficiências na precisão, confiabilidade, integridade, pontualidade, abrangência, clareza e utilidade dos dados devido ao gerenciamento inadequado de dados.
5. **Risco de Execução, Entrega e Gestão de Processos:** O risco de execução, entrega e gerenciamento de processos compreende os riscos associados à execução, entrega e gerenciamento de processos, que podem resultar em perdas financeiras e transações não resolvidas, falha de transação e oportunidades de receita perdidas, bem como riscos relacionados ao gerenciamento de mudanças que podem levar a metas e expectativas não atendidas.
6. **Risco de Segurança Física:** A segurança física inclui o risco de que o SMBCB não adote regras adequadas de segurança e proteção de saúde dos funcionários dentro e fora do local de trabalho, bem como o risco de perdas devido a danos físicos.
7. **Risco de Melhores Práticas (Legal):** O risco de práticas comerciais está relacionado ao risco associado a perdas de litígios, ações judiciais e multas regulatórias devido ao não cumprimento de obrigações contratuais ou extracontratuais, bem como ao risco de que os termos ou transações contratuais não sejam executáveis.
8. **Risco de Terceiros e Terceirização:** O risco de terceiros e o risco de terceirização referem-se ao risco de perdas, violação de requisitos regulatórios, danos à reputação e / ou interrupções de negócios devido a qualquer acordo comercial entre o SMBCB e outra entidade, por contrato ou de outra forma. Os riscos podem surgir como resultado de suporte inadequado do fornecedor, falha dos fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados em estar em conformidade com os requisitos contratuais ou regulamentares, resultando em potencial violação dos regulamentos e sujeito a penalidades e taxas, incapacidade de obter dados precisos e oportunos do mercado externo / dados do cliente, viabilidade do fornecedor, condições geopolíticas que afetam as operações dos fornecedores, etc.
9. **Risco de Continuidade:** O risco de continuidade de negócios é o risco que afeta a capacidade de uma organização de continuar a entrega de produtos e serviços em níveis predefinidos aceitáveis após eventos disruptivos naturais ou provocados pelo homem que podem resultar em perda de pessoal, perda de local de trabalho ou instalação, perda de sistemas ou tecnologia e / ou perda de terceiros.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional estimula o estabelecimento de um sistema eficaz de controles internos, para garantir que os objetivos e as metas de lucratividade do banco

² Fraudes Internas e Crimes Financeiros são gerenciados pelo Programa de Compliance

sejam alcançadas dentro de um ambiente seguro e em conformidade com as leis, regulamentos e outras políticas internas.

Os riscos operacionais e eventos de risco operacional são reportados a Corpo Diretivo do SMBCB, seguindo as regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas e nas regulamentações.

A identificação de riscos operacionais é inerente às atividades do Banco. Os riscos podem ser identificados através de atividades específicas como, por exemplo, revisão de processos, auto avaliação de riscos, estruturação ou revisão de produtos ou mesmo durante execução das atividades rotineiras das áreas.

Todos os colaboradores do SMBCB são responsáveis por comunicar os riscos operacionais potenciais ou materializados por eles identificados comunicando-os ao time de Risco Operacional de forma a formaliza-lo, considerando a sua natureza e impactos financeiros, seguindo assim as regras e procedimentos previstos na política interna até o seu encerramento.

A área de Risco Operacional:

- Coordena a comunicação de eventos ao Corpo Diretivo, de forma que possam ser endereçados: Evitar o risco, descontinuando a atividade;
- Desafia e auxilia a primeira linha de defesa a mitigar o risco através de um plano de ação ou assumindo o risco, desde que alinhado ao apetite a risco do SMBCB;
- Acompanha a aderência das contratações e renovações de contratos de prestadores de serviços às regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas e normas que tratam do tema;

As informações são apresentadas ao Corpo Diretivo em comite específico, de forma a assegurar que as ações sejam implementadas dentro do prazo acordado ou que, quando aplicável, os prazos sejam renegociados e aprovados seguindo a governança vigente.

As regras, diretrizes e procedimentos adotados pelo SMBCB em relação ao gerenciamento de risco operacional são divulgados a todos os colaboradores do Banco através da disponibilização de sua política interna e reforçados através da realização de treinamentos sobre o tema.

GERENCIAMENTO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS – GCN

O SMBCB, de forma a estar preparado a minimizar os impactos financeiros, operacionais, legais e regulatórios ocasionados pela indisponibilidade de acesso físico e lógico, prover aos seus clientes os produtos e serviços essenciais, bem como prestar as informações requeridas pelos órgãos oficiais e representantes no exterior, tem estabelecido um Plano de Continuidade dos Negócios (PCN), com o objetivo de estabelecer e implantar meios/mecanismos para proteger a integridade física das pessoas e assegurar a continuidade dos negócios críticos do Banco, frente a eventos/incidentes que possam gerar interrupções/indisponibilidades, tais como, mas não limitados a: incêndio, explosões, ameaça de bombas, greves, distúrbios sociais, interrupção do fornecimento de energia elétrica e falhas nos sistemas críticos ou na infraestrutura de tecnologia e suporte do SMBCB.

Os Planos focam e priorizam as ações e procedimentos contra os principais riscos a que está exposto, com base na “Análise de Impacto aos Negócios (BIA – Business Impact Analysis)”.

O Processo de Gerenciamento dos Planos de Continuidade de Negócios consiste no acompanhamento de todas as atividades que envolvem a continuidade de negócios, desde a elaboração das Políticas, definição das metodologias, dos sistemas, até a avaliação da adequação dos Planos de Continuidade de Negócios da Instituição.

Os trabalhos de desenvolvimento, manutenção e melhorias dos PCNs são coordenados pelo Information Security and BCM Department, com revisão do time de Risco Operacional e reportados à Diretoria.

RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

O SMBCB reconhece que seu papel como financiador proporciona ao Banco oportunidades para promover uma administração social, ambiental e climático responsável.

O SMBCB realiza a avaliação e o gerenciamento do risco social, ambiental e climático de acordo com as políticas internas do Banco, com as normas do Conselho Monetário Nacional e com a natureza do projeto e/ou operação na qual o SMBCB está envolvido, observando os princípios de relevância e proporcionalidade e fazendo os maiores esforços para garantir que considerações social, ambiental e climático apropriadas sejam tomadas.

Tal estrutura de gerenciamento permite ao SMBCB identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco social, ambiental e climático presente nas atividades e nas operações da instituição. Além disso, permite a avaliação prévia de potenciais impactos social, ambiental e climático negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco reputacional.

A unidade de Risco Operacional acompanha a aderência das atividades e das operações do Banco às regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas e normas que tratam do tema. Acompanha também a adequação dos indicadores de risco social, ambiental e climático ao apetite de risco do Banco.

Os dados referentes às perdas efetivas originadas por danos social, ambiental e climático são registrados e mantidos por um período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação.

As regras, diretrizes e procedimentos adotados pelo SMBCB em relação ao gerenciamento de risco social, ambiental e climático são divulgados a todos os colaboradores do Banco através da disponibilização de sua política interna e reforçados através da realização de treinamentos sobre o tema.

Eventos relacionados a risco social, ambiental e climático são comunicados à matriz e à diretoria através dos canais e fóruns apropriados, entre eles, o Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional e o Fórum de Acompanhamento de Risco de Crédito.

RISCO REGULATÓRIO OU DE CONFORMIDADE

Uma das funções primordiais da área de Compliance do SMBCB é auxiliar na gestão dos riscos de conformidade, que é o risco associado a sanções legais e regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação que o SMBCB possa sofrer em decorrência do não cumprimento de normas externas ou internas, compromissos com reguladores, códigos de autor regulação, padrões técnicos ou códigos de conduta relacionados às atividades do SMBCB. O risco de conformidade deve ser gerido de forma integrada com os demais riscos incorridos pelo SMBCB.

O Departamento de Compliance é independente das demais áreas operacionais e de negócios, bem como da Auditoria Interna, de forma a evitar conflito de interesses.

O risco regulatório ou de conformidade é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas do SMBCB e monitorar as ações voltadas para a aderência às exigências normativas, código de ética e demais diretrizes do Grupo Sumitomo Mitsui Banking Corporation.



Este processo estruturado inclui, mas não se limita, às seguintes ações: (i) interpretação e disseminação das alterações do ambiente regulatório; (ii) acompanhamento dos planos de ação para aderência regulatória bem como execução de testes de aderência regulatória; (iii) coordenação do relacionamento do SMBCB com os órgãos reguladores e autorreguladores, bem como acompanhamento das recomendações das respectivas inspeções até seu efetivo encerramento; (iv) participação em diversos comitês que incluem o Corpo Diretivo para tratar de questões relacionadas ao risco de conformidade.